

JOURNAL OF DEMOCRACY EM PORTUGUÊS

Volume 11, Número 1, Junho de 2022

A metamorfose social e a democracia

Sérgio Abranches

Representação, participação e o futuro da democracia

Bruno P. W. Reis

Democracia e neoliberalismo: um encontro fatal

Céli Regina Jardim Pinto

Teorias conspiratórias e democracia

Bernardo Sorj

O maior temor de Putin

Robert Person e Michael McFaul

O renascimento da ordem mundial liberal

Lucan Ahmad Way

GOLPE NA TUNÍSIA

A democracia está perdida?

Moncef Marzouki

O arco da democracia: do renascimento à ameaça

Larry Diamond

**PLATAFORMA
DEMOCRÁTICA**

FUNDAÇÃO FHC
CENTRO EDELSTEIN

PLATAFORMADEMOCRATICA.ORG



JOURNAL OF
DEMOCRACY
EM PORTUGUÊS

CONSELHO EDITORIAL	Bernardo Sorj Sergio Fausto
TRADUÇÃO	Fabio Storino
REVISÃO TÉCNICA	Otávio Dias Beatriz Kipnis Isabel Penz
DIAGRAMAÇÃO	Lisia Lemes / Lilemes Comunicação

Journal of Democracy em Português, Volume 11,
Número 1, São Paulo, Junho de 2022
Plataforma Democrática
ISSN 2527-1369

Índice de catálogo sistemático:

Democracia, Política e Governo, Sociedade, Partidos Políticos, Políticas Públicas.

© Copyright - Todos os direitos reservados à:

Fundação Fernando Henrique Cardoso
Rua Formosa, 367, 6º andar, Centro, São Paulo/SP, CEP: 01049-000
www.fundacaofhc.org.br • e-mail: imprensa@fundacaofhc.org.br

**PLATAFORMA
DEMOCRÁTICA**
FUNDAÇÃO FHC
CENTRO EDELSTEIN
PLATAFORMADEMOCRATICA.ORG



São Paulo (Sede)
Rua Formosa, 367, 6º andar - Centro
São Paulo - SP - Brasil - CEP 01049-000
tel: +55 (11) 3359-5000
contato@plataformademocratica.org

PERIODICIDADE: Semestral

Apresentação

Em maio de 2022, o *Journal of Democracy em Português* — uma publicação semestral da Plataforma Democrática, disponível gratuitamente na internet — completou dez anos e, para comemorar a data, preparamos uma edição ampliada composta por oito artigos: quatro deles inéditos, escritos por autores brasileiros, e quatro traduções de textos originalmente publicados na versão em inglês do *Journal*.

O fio condutor dos trabalhos aqui reunidos é a preocupação (e até mesmo a perplexidade) diante dos enormes desafios que a democracia enfrenta em todo o mundo e também no Brasil a esta altura do século 21, e a tentativa de analisá-los e compreendê-los em seus diferentes aspectos em busca de possíveis caminhos para reinventá-la e fortalecê-la.

No primeiro texto inédito, o cientista político Sérgio Abranches interpreta a instabilidade, as incertezas e as contradições de nosso tempo como resultado de uma verdadeira metamorfose das sociedades contemporâneas, nos planos social, científico-tecnológico e ambiental. Aquecimento climático, substituição crescente do trabalho humano por máquinas inteligentes, avanços científicos que estendem a expectativa de vida, ao mesmo tempo que colocam problemas morais inéditos, são grandes desafios que exigem níveis de cooperação, competência e conhecimento não disponíveis mesmo nos países mais avançados.

As democracias, nas quais a palavra é livre e as autoridades sujeitas ao voto, sofrem com o desencanto e o descrédito resultantes da dificuldade que mostra para dar respostas às incertezas, medos e aspirações exacerbadas pela mudança histórica em curso. Mas são elas, e não os regimes fechados e autoritários, ressalta Abranches, as mais aptas a encontrar respostas aos desafios contemporâneos, justamente

porque mais permeáveis ao contraditório e adaptáveis a um futuro em construção.

“Os grandes desafios durante e após a metamorfose continuarão a ser a superação das desigualdades, velhas e novas, o aprofundamento da democracia, a remodelagem das salvaguardas contra a autocracia e a mitigação da mudança climática, que torna o futuro ainda mais incerto. Para enfrentá-los, a sociedade disporá de um novo kit de ferramentas oriundo das mudanças técnicas e comportamentais”, escreve o autor.

No segundo artigo, Bruno P. W. Reis, professor de Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais, analisa o impacto das profundas mudanças tecnológicas, econômicas e comportamentais em curso nos sistemas de representação e participação política. Sua tese é a de que comete um equívoco quem pensa a representação política como uma infeliz necessidade de sociedades mais complexas, um mal necessário frente à impossibilidade de ter uma democracia direta. O desafio contemporâneo não seria organizar uma espécie de ágora grega baseada nas tecnologias da informação, mas sim reconstruir os canais de representação num momento em que as sociedades se tornam mais individualizadas e fragmentadas — e crescentemente polarizadas — e as chamadas instituições intermediárias — tipicamente os partidos — perdem filiados e densidade programática.

“O quadro contemporâneo tem tido um claro efeito desorganizador sobre a política. Os movimentos que emergem no novo cenário parecem propensos a rejeitar mediações. Isso costuma ser saudado como uma promessa de democracia direta, mas não há razões para otimismo. Em uma paisagem relativamente desprovida de mediações, por mais que as pessoas tenham a sensação de agir livremente, atores com posição mais central nas redes de poder desfrutarão de maiores graus de liberdade para perseguirem seus propósitos e formatarem unilateralmente a agenda política”, alerta Reis.

No terceiro texto, a historiadora e cientista política Céli Regina Jardim Pinto, professora emérita da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, aprofunda-se na discussão sobre o esgotamento da relação neoliberalismo-democracia.

“O neoliberalismo não é em essência antidemocrático, entretanto, não consegue se realizar na democracia. A missão dos neoliberais é limitar as lutas por igualdade, pois estas limitam a liberdade de acumular capital. Para alcançar esse objetivo, necessitam combater os avanços civilizatórios, alcançados primeiro pela luta dos operários e seus direitos trabalhistas, depois pelos movimentos feministas, LGBTQIA+, antirracista etc. É disso que se trata, em grande medida, as ameaças à democracia que enfrentamos no século 21”, diz.

No quarto artigo inédito, o sociólogo Bernardo Sorj, diretor do Centro Edelstein de Políticas Sociais e da Plataforma Democrática, analisa o porquê do sucesso das teorias conspiratórias, uma das ameaças à democracia nos dias que correm.

“O que nos interessa ressaltar é o enorme atrativo que as teorias conspiratórias possuem para diversos setores da população, em um duplo movimento que os transforma em vítimas e ao mesmo tempo os empodera. Transforma-os em vítimas, pois os mais diversos mal-estares vividos (epidemias, crises econômicas, novos costumes, desemprego) pelas pessoas ou grupos seriam produto de uma ação intencional de outros grupos identificados como inimigos. E os empodera, pois oferece às ‘vítimas’ um mapa simplificado do mundo e do culpado a ser combatido”, explica.

No quinto texto, os professores norte-americanos Robert Person e Michael McFaul desconstruem a tese de que a expansão da Otan seria o principal motor da crise que levou à invasão da Ucrânia pela Rússia, defendida pelo presidente Vladimir Putin e repetida por analistas, jornalistas e políticos de diversos países e até mesmo dos Estados Unidos e da Europa.

“Putin deseja algo muito mais significativo na Ucrânia: o fim da democracia e o retorno de sua submissão à Rússia. Enquanto os cidadãos em países livres da Eurásia e da Ásia Central insistirem em exercer seus direitos democráticos de eleger seus próprios líderes e trilhar seu próprio caminho, Moscou continuará tentando enfraquecê-los”, afirmam.

No sexto texto, o cientista político canadense Lucan Ahmad Way, professor da Universidade de Toronto, afirma que, embora a Guerra na Ucrânia desperte muitos temores de que o mundo poderia estar à beira de uma época sombria, ao mesmo tempo há evidências consideráveis de que o ataque de Putin às normas internacionais poderia, em última análise, fortalecer a ordem mundial liberal.

“Mais de 60 anos após os horrores da Segunda Guerra Mundial, a invasão lembrou novamente ao mundo o custo humano brutal provocado pela rejeição dos valores liberais. A democracia não é simplesmente um bem abstrato, mas tem implicações importantes para o bem-estar humano. Embora um maior pluralismo possa não gerar maior crescimento econômico ou reduzir os níveis de corrupção, ele permite às sociedades evitar o tipo de violência brutal que vemos hoje na Ucrânia e, cada vez mais, na Rússia”, escreve.

Por que a democratização no mundo árabe parece um processo tão árduo?, pergunta no sétimo artigo o médico e ativista pela democracia e pelos direitos humanos Moncef Marzouki, que foi presidente da Tunísia entre 2011 e 2014, escolhido pela Assembleia Constituinte eleita após a Primavera Árabe neste país do norte da África.

“Perdemos a luta pela democracia? A resposta é sim, mas essa derrota é temporária. A ditadura, seja do tipo militar no Egito ou populista na Tunísia, tem poucas chances de melhorar a situação econômica da população. Além disso, a instauração de um regime democrático, ainda que imperfeito, deixou um gostinho de liberdade entre as gerações mais jovens e setores influentes da sociedade, como jornalistas,

advogados, ativistas da sociedade civil e assim por diante. Devemos apoiá-los com todas as nossas forças. As vidas de nossos concidadãos dependem disso”, defende o ex-presidente. A Tunísia viveu uma inicialmente bem-sucedida transição democrática a partir de 2011, interrompida no ano passado quando o atual presidente Kais Saïd suspendeu o Parlamento e passou a governar por decreto.

Para concluir esta edição comemorativa, traduzimos o artigo de despedida do cientista político Larry Diamond da função de co-editor do *Journal of Democracy*, cargo que ocupou por 32 anos. Segundo o pesquisador da *Hoover Institution (Stanford University)*, vivemos o momento mais sombrio para a liberdade em meio século, motivado por três fenômenos concomitantes: o contínuo e chocante declínio da democracia nos EUA, a emergência da China como nova superpotência global e a aliança entre a autocracia e a cleptocracia na Rússia de Putin.

“Tenho fé nas perspectivas de longo prazo da democracia, porque é um sistema moralmente superior e porque provou ao longo do tempo ser mais efetivo em atender as necessidades humanas. Mas não há nada de inevitável quanto ao triunfo da democracia. Serão as democracias do mundo capazes de gerir suas divisões e encarar o desafio colocado pelo autoritarismo ressurgente? Apenas um reconhecimento lúcido da profundidade do perigo atual será capaz de produzir a vontade necessária. Continuo otimista”, diz.

Boa leitura.

Bernardo Sorj e Sergio Fausto

Diretores de Plataforma Democrática

GOLPE NA TUNÍSIA

A democracia está perdida?

Moncef Marzouki

Moncef Marzouki, médico e ativista pelos direitos humanos, foi presidente da Tunísia de 2011 a 2014, eleito pela Assembleia Constituinte do país.

Em 25 de julho de 2021, após meses de crise econômica e sanitária causada pela Covid -19, surgiram importantes manifestações contra o governo tunisiano. Naquela mesma tarde, o presidente Kais Saied anunciou a demissão do primeiro-ministro Hichem Mechichi e a suspensão das atividades do Parlamento, o que retirou a imunidade parlamentar dos deputados, e disse ainda que participaria ativamente da investigação criminal contra eles. Ironicamente, Saied argumentou que estava adotando tais medidas em nome da Constituição de 2014, que proíbe essa concentração unilateral de poder.

Um mês depois, Saied anunciou a extensão — por período indefinido — dessas medidas de exceção. Em 22 de setembro, ele afirmou que a legislação será “feita na forma de um decreto-lei promulgado pelo presidente” e publicou um decreto prorrogando a suspensão da imunidade dos parlamentares e introduzindo uma longa lista de poderes de dar inveja a qualquer candidato a ditador no mundo. Todos esses decretos estão em contradição com o espírito e texto da Cons-

*Publicado originalmente como “Is Democracy Lost?”, *Journal of Democracy* Volume 33, Number 1 January 2022 © 2022 National Endowment for Democracy and The Johns Hopkins University Press.

tuição de 2014, que agora está *de facto* abolida. Esse decreto presidencial marca o fim da transição democrática na qual a Tunísia havia embarcado dez anos antes, após a deposição do ditador de longa data Zine al-Abidine Ben Ali.

A dissolução *de facto* do Parlamento, o abandono da Constituição e a prisão de oponentes políticos e jornalistas são sinais claros de que a Tunísia já não é mais uma democracia, e que o país retornou para a velha cartilha de ditadores árabes do passado e do presente.

Por que a democratização no mundo árabe parece um processo tão árduo? Esse processo está fadado a falhar até mesmo no país que parece oferecer as condições mais favoráveis para seu sucesso? Analistas citam múltiplas causas, de dificuldades econômicas e sociais à chamada incompatibilidade cultural, do legado do colonialismo à intromissão de potências estrangeiras em apoio à manutenção do autoritarismo.

Não há uma explicação única para esse fracasso, já que os contextos são complexos e variam de país para país. Posso somente oferecer uma explicação para o país de cujo processo de democratização pude não apenas observar, mas participar por mais de quarenta anos. Com base em minha experiência à frente da Liga Tunisiana dos Direitos Humanos (1989-1994), líder de um partido de oposição democrática (2001-2011), presidente da República (2011-2014) e, atualmente, uma vez mais, enquanto opositor a uma ditadura nascente, vejo três principais razões para o retorno da ditadura na Tunísia. São elas: 1) a incapacidade do sistema político constituído em 2011 de conectar direitos políticos a direitos socioeconômicos; 2) a ascensão do populismo; e 3) o papel negativo desempenhado pelos sentimentos a respeito do Islã político.

Direitos econômicos e políticos: o elo perdido

Nos primeiros dias do levante de 2011, a classe média tunisiana e as comunidades mais pobres do interior do país se uniram para derru-

bar o regime de Ben Ali. A classe média já não tolerava mais ser privada das liberdades individuais e coletivas usufruídas por seus pares do outro lado do Mediterrâneo. Aqueles nas classes mais pobres não mais toleravam ser privados de seus direitos socioeconômicos, especialmente em meio a escândalos de corrupção das elites dominantes.

As demandas da classe média foram prontamente atendidas. Após 2011, os tunisianos rapidamente passaram a gozar de um nível de liberdade política sem precedentes. Liberdades de expressão e de associação, incluindo a liberdade para participar de manifestações públicas, rapidamente se tornaram o novo normal. Poucos meses após a revolução, os tunisianos elegeram livremente uma assembleia constituinte encarregada da missão histórica de elaborar a constituição de um novo Estado democrático. Três anos depois, em 27 de janeiro de 2014, a Tunísia adotou sua primeira constituição democrática na esperança de acabar de vez com a ditadura.

Infelizmente, os mais pobres, os desempregados e aqueles abandonados no interior do país tinham menos razões para comemorar a formação de um Estado democrático. Obviamente, eles haviam se beneficiado do clima de liberdade, mas sua expectativa de uma vida economicamente melhor havia sido destruída. Para alguns, a revolução havia tornado uma situação já precária ainda pior.

A corrida para atender às expectativas econômicas tão rapidamente quanto as expectativas políticas era impossível de se vencer, dadas as profundas crises financeiras e econômicas vividas pela Tunísia em 2011. Décadas de clientelismo e corrupção por parte de famílias oligárquicas e seus séquitos deixaram a economia do país anêmica. Embora a corrupção seja a principal causa dos problemas econômicos do país, poucos analistas perceberam que a tão necessária política anticorrupção que o governo (do qual fiz parte) implementou na verdade piorou a condição das parcelas mais pobres da sociedade. Por exemplo, quando o Estado retomou mais de trezentas empresas corruptas,

deixou milhares de pessoas desempregadas da noite para o dia. Para atenuar os impactos econômicos da “drenagem do pântano”, o governo precisava de um fluxo massivo de recursos para o país. A Tunísia não tinha acesso a tais recursos. Portanto, as medidas anticorrupção que o sistema econômico do país tanto precisava acabaram piorando a situação econômica no curto prazo daqueles que já eram os mais afetados pelo clientelismo do regime anterior.

Eu estava empenhado em melhorar a condição econômica da vasta maioria de nossos cidadãos, um dos principais objetivos da revolução. Trabalhando com o governo composto por três partidos durante meu mandato presidencial, dei início a programas de combate à pobreza. Em 2012, enviei assessores ao Brasil para estudar as políticas do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que são ricas em lições para nós. O tempo, no entanto, não estava do nosso lado. Tais programas de combate à pobreza só começariam a dar resultado no longo prazo. Além disso, a frustração da população aumentava a cada dia, de maneira proporcional a seus problemas econômicos.

Forças contrarrevolucionárias capitalizavam em cima dessa onda de descontentamento fazendo promessas mirabolantes durante as eleições parlamentares e presidenciais de 2014. A eleição de meu sucessor, Béji Caïd Essebsi, no fim de 2014, não melhorou a situação econômica — muito pelo contrário. A única lei que ele aprovou no parlamento em 2017 era chamada de Lei da Reconciliação Nacional. Era de fato uma lei de anistia para empresários corruptos. Essa lei contribuiu para o fortalecimento da corrupção e agravou a instabilidade política. Apesar da criação da primeira constituição democrática do país e do fortalecimento de instituições políticas como a comissão eleitoral independente, problemas econômicos criaram um contexto ideal para a emergência do populismo.

A ascensão do populismo

O presidente Saied chegou à presidência da república em 2019 com ampla maioria dos votos. Como muitos líderes populistas (Alberto Fujimori no Peru em 1990, Rodrigo Duterte nas Filipinas em 2016, Jair Bolsonaro no Brasil em 2018, Volodimir Zelenski na Ucrânia em 2019), Saied foi eleito graças a três qualidades imaginárias: seus eleitores o viam como alguém novo, limpo e franco. Viam-no como alguém novo porque ele não pertencia à classe política tradicional que havia caído em descrédito por seus fracassos e desprezada por sua suposta torpeza. Viam-no como alguém limpo em virtude de sua falta de experiência política. E viam-no como alguém franco porque ele falava coisas que os outros queriam ouvir, por exemplo, que eles eram vítimas de um bando de políticos ineptos e corruptos. Como seu novo líder, prometeu aos eleitores que livraria o país dos bandidos. Ao final de seu mandato, os cidadãos desfrutariam do pronto retorno da virtude, da prosperidade e da segurança.

É compreensível a frustração dos tunisianos em relação à classe política fragmentada, que parecia mais interessada em negociações clandestinas do que em pensar políticas para resolver as crises econômicas do país. A gestão desastrosa da crise sanitária da Covid-19 só agravou a desilusão das pessoas com a politicagem da elite. No entanto, as medidas econômicas e políticas que o presidente Saied adotou desde seu golpe em julho de 2021 não são um bom presságio para sua capacidade de resolver milagrosamente os problemas dos tunisianos. Sua atitude agressiva em relação a doadores estrangeiros em nome da chamada defesa da soberania tunisiana alienou investidores e doadores. Em 2020, a agência de classificação de risco Moody's deu à Tunísia o rating B-, mas em 2021 rebaixou para C.

Ao mesmo tempo, a postura autoritária em relação a seus oponentes é nefasta. No início de setembro, a Human Rights Watch censurou publicamente suas “políticas repressivas”.¹ Em pronunciamento feito

em 20 de setembro de 2021 em Sidi Bouzid, uma pequena cidade do interior onde teve início o levante contra Ben Ali, o presidente incitou de maneira vaga à violência, falando de “traidores” e pedindo aos cidadãos para “purificarem o país”. Em novembro, a Anistia Internacional divulgou que a Tunísia havia realizado mais julgamentos por cortes militares nos três últimos meses do que em toda a década passada.²

Explorando o medo do Islã político

Por fim, o que a situação tunisiana revela com bastante clareza é o impacto tóxico de um obstáculo imediato e contínuo: a instrumentalização dos inimigos do islamismo pelos inimigos da democracia. Mesmo quando os movimentos pró-democracia começavam a se organizar na Tunísia nos anos 1970, a questão do papel e integração do islamismo causava uma grande divisão entre ativistas que apoiavam os direitos humanos e se opunham ao autoritarismo. À época, diferente de mim, poucos acreditavam que, embora devêssemos obviamente rejeitar o extremismo violento, deveríamos incluir muçulmanos moderados em nossa luta comum contra o autoritarismo.

Essa abordagem de integração-moderação, que já era controversa antes das revoluções árabes, foi ainda mais criticada após a ascensão dos muçulmanos ao poder na Tunísia e no Egito em 2011. O sucesso do Ennahda na Tunísia e da Irmandade Muçulmana no Egito nas primeiras eleições que seguiram os respectivos levantes apenas reforçaram o sentimento anti-islâmico de uma ala dos movimentos democráticos de cada país que é numericamente pequena, mas politicamente influente. O amplo apoio popular ao golpe do marechal Abdel Fattah al-Sisi no Cairo em 2013 entre os ditos liberais e intelectuais e políticos de esquerda — não apenas no Egito, mas também na Tunísia — insinuava que as elites locais tinham mais medo do Islã político do que de uma ditadura.

No entanto, não foi apenas o establishment anti-islâmico que se mobilizava contra as instituições democráticas e tomou as ruas em 25 de julho de 2021 na Tunísia. Os manifestantes que protestavam contra o que havia se tornado um dos símbolos mais odiados de um frágil processo de democratização, o parlamento, eram sobretudo jovens de bairros historicamente marginalizados. Seu ódio aos muçulmanos não é ideológico. Eles culpam os islamistas por trair a promessa de um governo honesto e eficiente, por priorizar uma política de acordos insignificantes e negociações escusas com partidos do antigo regime e pela gestão catastróficamente mortal das crises sanitária e econômica.

Desesperados para serem aceitos por anti-islâmicos e pelas elites do antigo regime, a liderança do Ennahda se submeteu a todos os tipos de negociações e acordos com políticos e empresários do antigo regime. Essa estratégia esquizofrênica foi incapaz de fazer com que os líderes do Ennahda conquistassem o respeito de seus inimigos ideológicos da esquerda tunisiana ou do antigo regime e ainda afastou o Ennahda das forças da revolução e dos jovens marginalizados inicialmente atraídos pela promessa do Ennahda de uma política honesta. Esse é o paradoxo que define os islamistas na Tunísia.

O cenário tunisiano é representativo do impasse democrático que a maioria dos países árabes enfrenta no atual momento. Muitos árabes misturam o ódio ao Islã político ao ódio à própria democracia. A política islamista de barganha alienou as forças revolucionárias baseadas em princípio e acentuou o ressentimento e a desconfiança que os jovens marginalizados sentiam em relação à democracia representativa e à política partidária. Os islamistas ajudaram involuntariamente a matar a democracia por meio de sua participação inescrupulosa.

O Islã político não somente ajudou a matar a democracia. Ele também causou muitos danos a si mesmo. Quando se impõe, grupos sociais e econômicos poderosos se mobilizam contra ele e o usam como um espantalho para justificar a restauração de regimes corruptos e au-

toritários. Em contraste, quando o Islã político faz acordos com partidos do antigo regime, ele perde o pouco que resta de sua credibilidade entre sua própria base popular.

Por mais de uma década, o experimento democrático no mundo árabe tem sido paralisado pela tóxica tensão entre as políticas fracasadas de barganha dos islamistas, e a antipolítica de medo e repressão dos autoritários. Novas gerações de ativistas e intelectuais no mundo árabe terão que transcender essa falsa escolha e imaginar novas fórmulas para uma participação política inclusiva e democrática se quiserem alcançar o sonho da dignidade, accountability e justiça social que mobilizou o povo árabe há dez anos.

Usando os meios da própria democracia contra si

Olhando para os últimos dez anos, fico perplexo e aterrorizado com a facilidade pela qual os inimigos da democracia apoderaram-se de seus meios para fazer oposição a ela, corrompê-la e destruí-la.

Empresários e políticos do antigo regime fizeram da liberdade de imprensa uma arma contra a revolução e a democracia. A imprensa corrupta do velho sistema desonrou, difamou e atacou ativistas e líderes da transição. A liberdade de associação permitiu que partidos anti-democráticos se organizassem e lutassem contra a democracia dentro da Tunísia e oferecessem apoio incondicional para o golpe de Estado no Egito e a ditadura de Bashar al-Assad na Síria. Eleições livres se transformaram em ocasiões para amplificar a propaganda de ódio e a desinformação via redes sociais.

Por isso estou convencido de que após a revolução democrática, é perigoso negociar com o velho sistema. Sim, precisamos demonstrar humanidade e buscar a reconciliação nacional, em especial por meio da criação de uma justiça de transição. Entretanto, como sempre insisti, não podemos negociar com um sistema baseado em corrupção,

fraude e manipulação. A democracia precisa eliminá-lo como fez Nelson Mandela com o apartheid, e não fazer as pazes com ele como fez o Ennahda na Tunísia.

No que se refere ao Islã político, ainda defendendo aquilo que acreditava nos anos 1970. Não podemos retomar e continuar o experimento democrático na Tunísia e em outros países árabes se excluirmos um segmento inteiro da popula-

ção e negarmos a partidos islâmicos e seus apoiadores o direito de participar da política dentro do Estado de direito. Isso vale inclusive quando não é possível ignorar o quão ineficientes e imperfeitas ou incompletas têm sido suas políticas e visão política desde que estiveram no poder.

Atualmente, a esperança democrática em países árabes, e talvez em outros lugares, não está ameaçada pelo modelo soviético, mas pelo modelo chinês: desenvolvimento econômico combinado com ditadura política. Esse modelo já está amplamente estabelecido no mundo árabe, principalmente no Egito, Arábia Saudita e Emirados Árabes Unidos. Como é paradoxal ver esses Estados, que são os melhores clientes dos Estados Unidos na região, lutando para impor o modelo chinês na Tunísia.

Se quisermos escapar desse modelo, que é atualmente a principal ameaça (tanto ideológica quanto política) à democracia no mundo, precisamos unir liberdade, desenvolvimento e justiça social. Caso contrário, a democracia será apenas um parêntese entre ditaduras.

Atualmente, a esperança democrática em países árabes, e talvez em outros lugares, não está ameaçada pelo modelo soviético, mas pelo modelo chinês: desenvolvimento econômico combinado com ditadura política.

Perdemos a luta pela democracia? A resposta é sim, mas essa derrota é temporária. A ditadura, seja do tipo militar no Egito ou populista na Tunísia, tem poucas chances de melhorar a situação econômica da população. Além disso, a instauração de um regime democrático, ainda que imperfeito, deixou um gostinho de liberdade entre as gerações mais jovens e setores influentes da sociedade, como jornalistas, advogados, ativistas da sociedade civil e assim por diante. Devemos apoiá-los com todas as nossas forças. As vidas de nossos concidadãos dependem disso.

Notas

1. “Tunisia: President’s Repressive Policies Abrogate Rights—Dozens Placed Under Arbitrary House Arrests”. *Human Rights Watch*, 11 set. 2021. Disponível em: <www.hrw.org/news/2021/09/11/tunisia-presidents-repressive-policies-abrogate-rights>.

2. “Tunisia: Alarming Increase in Number of Civilians Facing Military Courts”. Anistia Internacional, 10 nov. 2021. Disponível em: <www.amnesty.org/en/latest/news/2021/11/tunisia-alarming-increase-in-number-of-civilians-facing-military-courts>.

Plataforma Democrática (www.plataformademocratica.org) é uma iniciativa da Fundação FHC e do Centro Edelstein de Pesquisas Sociais dedicada a fortalecer a cultura e as instituições democráticas na América Latina, por meio da produção de conhecimento e da promoção do debate pluralista de ideias sobre as transformações da sociedade e da política na região e no mundo. Realiza pesquisas e seminários para estimular o diálogo entre os produtores de conhecimentos e os diferentes atores sociais e políticos sobre temas da atualidade.

Plataforma Democrática oferece uma infraestrutura virtual com uma biblioteca de livre acesso que inclui milhares de textos sobre temas relacionados à democracia na América Latina e um banco de dados sobre instituições de pesquisa na região.

As principais áreas de trabalho da Plataforma Democrática são:

Transformações Geopolíticas Globais e instituições democráticas:

<http://www.plataformademocratica.org/portugues/publicacoes#EstadoDemocracia>

<http://www.plataformademocratica.org/portugues/publicacoes#CambiosGeopoliticos>

Meios de comunicação e Democracia:

<http://www.plataformademocratica.org/portugues/publicacoes#MediosComunicacion>

<http://www.plataformademocratica.org/portugues/publicacoes#EnsaioDemocracia>

Sociedade civil e democracia:

<http://www.plataformademocratica.org/portugues/publicacoes#CohesionSocial>

Bibliotecas virtuais:

<http://www.plataformademocratica.org/portugues/biblioteca>

<http://www.plataformademocratica.org/portugues/biblioteca-sociedade>

Coleção Recursos de Pesquisa na Internet:

<http://www.plataformademocratica.org/portugues/publicacoes#RecursosPesquisa>